

COPA DO MUNDO FIFA 2014 E A COMUNIDADE ALDACI BARBOSA: LUTAR E RESISTIR PELO DIREITO DE MORAR.

Maria Ercília Mendonça Maia¹

RESUMO: Este artigo tem como principal objetivo trazer luz sobre o processo de resistência popular frente às diversas ameaças de remoção por causa das obras para realização da Copa do Mundo FIFA 2014, no Brasil. E para isso escolhemos o processo de resistência de uma comunidade específica a Comunidade Aldaci Barbosa, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. A metodologia utilizada compreendeu principalmente a pesquisa documental, bibliográfica, mas também o processo vivenciado pelas pesquisadoras que participaram do dia-a-dia, tanto da luta na comunidade como na cidade de Fortaleza como todo. No primeiro capítulo consta um pequeno resgate dos processos de luta e resistência dos movimentos sociais urbanos no Brasil e em Fortaleza. No segundo se discute o processo de transformação das cidades em mercadoria, tendo como auge em nosso país, a realização dos megaeventos esportivos, como a copa do mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas do Rio 2016. No terceiro, se debate o processo de organização e resistência da comunidade Aldaci Barbosa, tendo um espaço especial para a visita do então Governador do Estado do Ceará, a esta comunidade na noite do dia 02 de agosto de 2011, como forma de pressionar as famílias a aceitarem a proposta de remoção da comunidade. E no último capítulo, apresentaremos como a comunidade se encontra no final de 2014, e de fato quais foram às vitórias desta comunidade.

PALAVRAS-CHAVES: Comunidade Aldaci Barbosa, Movimentos Sociais, Direito à Cidade.

1 INTRODUÇÃO

A história dos movimentos urbanos no Brasil, em especial aqueles que se focaram nos Bairros, não é uma história nova, mas ela se remete a década de 50 do século XX. De lá para cá, são vários os exemplos de movimentos sociais urbanos em nosso país assim como em Fortaleza.

Ao discutir sobre os movimentos sociais em nosso país, focaremos sobre as formas como as classes populares, começaram a se organizar em seu local de moradia. Trazendo referência as experiências de São Paulo, com as Sociedades de Amigos dos Bairros (SABs), ainda na década de 50 do século passado, passando pelas experiências de Fortaleza, como a marcha do Pirambu, a luta da favela da José Bastos, chegando até os dias atuais com a luta

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista do Programa de Bolsas de Estudos e Permanência Universitária, vinculada a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE/UECE. Bolsista de Pesquisa e extensão do LAPESS – Laboratório de Pesquisa e Estudo em Serviço Social, no Projeto de Pesquisa e extensão: “Protagonismo popular e práticas emancipatórias: fortalecendo as relações de comunidade em Fortaleza”, coordenado pela Professora Ms. Virginia Márcia Assunção Viana.

dos movimentos sociais e das comunidades, frente às ameaças que a Copa do Mundo FIFA 2014, trouxe para Fortaleza, em especial a Comunidade Aldaci Barbosa.

Este artigo faz parte da pesquisa que a autora está realizando para seu trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará.

2 UM RESGATE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Uma das primeiras formas de organização das classes populares em seu local de moradia é conhecida como a organização das Sociedades de Amigos do Bairro (SABs), que surgiram na cidade de São Paulo, na década de 50 do século XX, sendo também nesta década que essas sociedades tiveram mais importância no processo de organização e luta dos trabalhadores em seus bairros, mas as SABs foram em muitos casos transformadas em currais eleitorais de políticos, funcionando como “[...]elos de ligação entre as população carente de serviços básicos e o poder público, que tinha possibilidade de atender, pelo menos em parte, as reivindicações assim apresentadas [...]”. (SINGER, 1983, 87). De forma que com o tempo foram perdendo sua importância.

2.1 A cidade de Fortaleza.

Mas, para falarmos do processo de organização das lutas nos bairros da Cidade de Fortaleza, é preciso voltar um pouco na história desta cidade, pois somente desta forma conseguimos entender. De forma que voltaremos ao processo de formação da Capital do Ceará.

O processo de urbanização de Fortaleza foi bem mais tardio do que o ocorrido em outras grandes cidades brasileiras, o estado do Ceará foi o último território do litoral brasileiro a ser colonizado, pois sua localização era considerada ruim para os portugueses e as tribos indígenas situadas aqui eram as mais arreadas do Brasil colônia tendo sendo registradas na história cearense diversas guerras entre tribos rivais e das tribos contra o colonizador branco, depois deste processo a economia cearense foi se criando a partir do gado que era vendido para as províncias de Pernambuco, Minas Gerais entre outras, fazendo que os séculos XVII e XVIII fossem caracterizados por uma economia tipicamente rural.

A história do estado do Ceará e até mesmo do município de Fortaleza está fortemente ligado as grandes secas que assolam o nordeste brasileiro, ocasionadas tanto por fatores

climáticos como por fatores econômicos, a concentração da terra pelos latifundiários e a falta de vontade dos governantes de melhorar a vida do cidadão do campo fez e faz com que as secas tenham grande prejuízo econômico e faça com que os períodos de seca sejam muito graves ocasionando um grande êxodo rural.

A grande seca primeira que teve forte impacto no processo de povoamento de Fortaleza foi à de 1877 a 1879, de forma que existem dados de que mais de 100 mil flagelados oriundos da seca chegaram a capital, sem falar nos milhares de pessoas que morreram no caminho, mas naquele momento a Capital tinha menos de 30 mil habitantes e isso fez com que o governo decide-se reagir criando ligas de socorro e abarcamentos² na periferia de Fortaleza. Seus abarcamentos, foram transformados a partir da seca de 1915, em campos de concentração, que tinha como objetivo principal controlar a população que chegava a Fortaleza por causa da seca.

Na seca de 1932 ocorreu o aumento dos campos de concentração que neste momento não eram apenas na capital, mas também no interior do estado para que os flagelados não chegassem até Fortaleza, tendo entre os campos de concentração da capital estava o do Pirambu.

2.2 A luta do Pirambu.

Nos anos de 1950, vivenciávamos na cidade de Fortaleza, o processo de expansão do bairro do Pirambu, situado em uma zona marítima, na área oeste da cidade, foi inicialmente ocupada por pescadores, tendo sido campo de concentração durante a seca de 1932 e teve o aumento no seu processo do seu povoamento a partir dos anos 50, mas a ocupação daquela área cresceu muito em especial motivada pela grande seca de 1958, que fez com quem muitos sertanejos fugindo da seca, chegando a capital do Estado, atrás de lugar para morar e de trabalho para conseguir sustentar suas famílias. Mas, apesar da ocupação espontânea, existia um processo de organização na forma como as casas eram construídas, tendo vários relatos de casas que eram feitas em regime de mutirão³, assim como se tinha um forte sentimento de solidariedade entre os moradores, o que foi fundamental para o processo de organização que a comunidade precisou ter, para lutar contra as ameaças de expulsão das famílias.

A experiência de luta do Pirambu:

² Palhoças onde se tentava prestar assistência sanitária às pessoas e fornecer-lhes comida.

³ Forma coletiva de construção de moradia, de forma que as pessoas se ajudam.

“[...] (foi) marcada, de um lado, pela resistência à expulsão, fato que implica a fixação e permanência na área, e de outro, pela tentativa de urbanizar a área inóspita, coberta por dunas e com poucas condições de habitação” (BARREIRA, 1992, 56).

O movimento de luta pela terra no Pirambu iniciou-se ainda na década de 50 e teve como figura muito importante o Padre Hélio, entre outros. Em 1957, a junção das ameaças da Polícia e da Marinha assim como o aparecimento de um grileiro, forjou a organização de “[...] uma passeata, até o Palácio do Governo, para falar com o Presidente do País, Juscelino Kubitschek, que se encontrava em visita à cidade” (BARREIRA, 1992, 58). Mas, teve seu auge na célebre Marcha do Pirambu, em 1 de janeiro de 1962, que reuniu 20.000 pessoas até o centro e resultou na desapropriação da área por interesse social sob o decreto assinado pelo presidente da República.

Mas, apesar da grande vitória das famílias do Pirambu, o que se vivenciava no Ceará antes mesmo do golpe de 1964, era um processo de repressão aos movimentos sociais, em especial a partir de 1962, com a “União pelo Ceará” que foi a união das velhas oligarquias do Ceará, com a coligação PSD-UND, sobre o governo de Virgílio Távora. Porém, “[...]. O período pós-64, por outro lado, não implicou de imediato a supressão brusca de mobilizações. Formas isoladas de protesto reverteram assim, de alguma forma, os tempos de silêncio” (BARREIRA, 1992, 24).

Outra experiência de luta pelo direito à moradia em Fortaleza, foi experiência do movimento ocorrido na favela da José Bastos que ocorreu durante a ditadura militar, no ano de 1978, em um momento em que ocorria os primeiros passos para a reabertura do país, a eleição de candidatos vinculados a luta popular, de forma que o movimento corrido na favela José Bastos é considerada por Irllys Barreira (1992) divisor na organização da luta coletiva dos moradores de Fortaleza.

Em setembro de 1978, os proprietários do terreno entraram na justiça solicitando a expulsão dos 2.000 invasores da sua terra. A partir da organização dos moradores e depois do apoio de parlamentares, da sociedade civil e da Igreja, começou um processo de resistência frente ao risco de expulsão e se baseava na necessidade de moradia.

3 A OFENSIVA NEOLIBERAL E A TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES EM MERCADORIA

A década de 80, no Brasil marcou “um processo de democratização política e de ampliação das lutas por direitos sociais [...] (ao mesmo tempo em que vivenciou) uma grande ‘crise’ expressa pela recessão econômica, desemprego [...]” (DURIGUETTO,2007, 170). E teve seu auge com o coroamento político das demandas através da Constituição Federal de 1988.

Porém, na década de 90, começou a serem implantadas no Brasil as medidas de ajuste estrutural pensadas pelo Consenso de Washington, em especial a partir do governo de Fernando Collor de Melo. Essas medidas criaram uma agenda de Estado que se colocava contra os avanços da CF 88, pois pregava a primazia do mercado e da descentralização do Estado. Ao mesmo tempo em que essa década foi palco de refluxo dos movimentos sociais.

[...] a constatação de que o que está em ‘refluxo’ não são os movimentos, mas suas expressões públicas de massa e reivindicativas mais tradicionais. Identifica-se o abandono de atitudes de confronto e de reivindicação de itens específicos pela valorização de condutas institucionais pragmáticas e propositivas na busca do diálogo, negociação, parcerias como Estado e busca de formas alternativas de participação no sistema de representação de interesses (DURIGUETTO,2007, p. 168).

3.1 O PT no governo e os movimentos sociais.

Desde a fundação do Partido dos Trabalhadores no início da década de 1980, partido formado por sindicalistas que formavam a CUT – Central Única dos Trabalhadores, assim como militantes de diversas organizações sociais do campo e da cidade, que se organizaram a partir das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – CEBs, mas também era composto por muitos intelectuais da esquerda, assim como ex-militantes das organizações de esquerda clandestina. De forma, que já na sua construção o PT, se transformou em instrumento com forte ligação com os interesses da classe trabalhadora.

No final da mesma década, o grande nome do sindicalismo do Brasil e do Partido dos Trabalhadores, o metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, se candidata pela primeira vez a Presidência da República, trazendo todo um debate sobre o povo no poder, sendo a partir daí o grande nome da esquerda brasileira. Mas, ele somente chega ao poder, na eleição de outubro de 2002, mais de uma década depois, em um momento em que muitas das ideias originais do Partido dos Trabalhadores já haviam sido deixadas pelo caminho, e numa eleição com fortes alianças com a burguesia nacional e outros setores, o que fez como que desde seu início em

janeiro de 2003, o governo Lula já tivesse o perfil que era tão sonhado pela classe trabalhadora.

Apesar da forte desvinculação do governo Lula com as ideias da classe trabalhadora, o que vivenciamos foi uma intensa vinculação de entidades representativas da sociedade civil com o governo, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como diversos movimentos urbanos, o que fez com que parte da luta tão presente no país durante as décadas de 1970, 80 e 90, fosse aos poucos colocadas em segundo ou terceiro plano, tendo o forte discurso de não complicar as ações do governo “do povo”.

Em 2004, a petista Luizianne Lins foi eleita Prefeita de Fortaleza e isso fez com que todos os rebatimentos que o governo Lula vinha causando as lutas dos movimentos sociais na esfera federal, como por exemplo, “a integração de lideranças de movimentos sociais às fileiras de governos visando a gestão de políticas públicas institui nova encruzilhada aos movimentos sociais, uma vez que se passa a ter o limite institucional da política pública como norte de ação de muitos militantes” (PEREIRA, 2014 *apud* ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014, p. 129-130), também fossem percebidos na esfera da cidade de Fortaleza.

3.2 Os megaeventos no Brasil.

A partir da década de 90, a cidade passa a ser vista como cidade-mercadoria. Como veremos a seguir, esse processo terá no Brasil seu auge com a eleição do país para sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

A realização dos megaeventos, expressa a consolidação do ideário neoliberal na política urbana, que transformou a cidade em mercadoria, fazendo com que as cidades passassem a ser “vendidas” de forma semelhante, apesar de suas diferenças políticas, culturais e urbanísticas. “[...], São as cidades que passam a ser ‘vendidas’ dentro das políticas do Estado [...]. Neste contexto não basta renovar as cidades, é preciso vendê-las e, ao fazê-lo, vende-se a imagem da cidade renovada” (SANCHEZ, 2003, 50)

Em Fortaleza, assim como as outras cidades-sedes da Copa do mundo FIFA 2014, foi palco de vários investimentos, tendo nesta o foco na mobilidade urbana e tendo como principal obra que era prevista, o VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, que iria utilizar as áreas adjacentes ao ramal ferroviário Parangaba-Mucuripe e para isso iria passar no seu trajeto de

12,7 km, por vinte e duas comunidades, atingindo pelo menos de 2500 famílias, segundo dados do Governo do Estado do Ceará. (CEARA, 2013)

Para a Articulação dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas – ANCOP, as cidades brasileiras sedes dos megaeventos esportivos (Copa e Olimpíadas) vivenciaram durante todo o processo de preparação para a realização do evento “[...] uma aberta violação da legislação, são aprovadas doações, concessões e operações urbanas, que nada tem a ver com interesse público ou com prioridades sociais”. (ANCOP, 2012, 5). Ao mesmo tempo em que o direito à moradia foi sendo violado, tendo segundo dados da Articulação dos Comitês Populares da Copa encontrados no dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil publicado em 2011 estimava-se a remoção de 170.000 pessoas para as realizações das obras para realização da Copa e Olimpíadas nas 12 cidades-sedes.

O Direito à Moradia vem sendo sistematicamente violado nas doze cidades-sede da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016. [...]. Comunidades localizadas em regiões antes relegadas pelo mercado, que ao longo do tempo tiveram enormes valorizações, passaram a ser objeto da cobiça de agentes imobiliários. Agora, em nome dos megaeventos, se veem ameaçadas pela remoção (ANCOP, 2012, p. 8).

4 FORTALEZA COMO SUB-SEDE DA COPA DO MUNDO FIFA 2014.

Logo que o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Fortaleza, começou a divulgar quais obras seriam necessárias para que Fortaleza recebesse os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, vários movimentos sociais, lideranças comunitárias, ONGs que debatiam o Direito à Cidade e pesquisadores, começaram a ficar de orelha em pé, preocupados com os possíveis impactos que as populações mais pobres de Fortaleza poderiam sofrer nos anos seguintes.

De forma que logo começou um debate da necessidade das organizações sociais de esquerda da cidade começar a debater o tema da Copa do Mundo 2014, de forma que o pontapé desse processo ocorreu a partir de um seminário executado pela ONG CEARAH-Periferia (Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos) em setembro de 2009, que teve como tema “Os grandes projetos de intervenção urbana e as violações do Direito Humano à Moradia”.

Ao final do seminário, foi tirado o encaminhamento para a realização de uma primeira reunião na sede do CEARAH-Periferia, para se debater a construção do Comitê Popular da Copa de Fortaleza. Sendo que a primeira reunião contou com a presença de várias

entidades da sociedade civil, como a Rede NUHAB – Núcleo de Habitação e Meio Ambiente, Cearah-Periferia, NAJUC – Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária da UFC, Escritório Frei Tito, MCP – Movimento dos Conselhos Populares, FBFF – Federação de Entidades de Bairros e Favelas em Fortaleza, entre outros.

No início de 2010, várias comunidades começaram a ser procuradas pelo Governo do Estado do Ceará, em especial pelo METROFOR, com o intuito de fossem feitos os cadastros socioeconômicos para começar o processo de retiradas das moradias e o início da obra do VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos, principal obra de mobilidade para a realização da Copa 2014 em nossa cidade. Todo isso acontecendo sem que tivesse sido aprovado o EIA-RIMA – Estudo e Relatório de Impacto Ambiental da obra.

Ainda no ano de 2010, a equipe do METROFOR – Metrô de Fortaleza, vinculada a Secretária da Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará, começou a fazer as primeiras visitas as comunidades que iriam ser retiradas pela obra do VLT, e uma destas comunidades foi a Comunidade Aldaci Barbosa, que tem parte do seu território no bairro de Fátima e outra parte no bairro do Aeroporto.

4.1 A Comunidade Aldaci Barbosa.

A Comunidade Aldacir [sic] Barbosa. Situada no limite entre o Bairro de Fátima e o Bairro do Vila união [sic], é o “lado oculto”, o lado “de fora”, motivo de temor e fonte de trabalhadoras domésticas e entregadores de água a classe média da “parte da Igreja”[...] (OLIVEIRA, 2014, p. 8)

A comunidade tem atualmente por volta de 400 habitações, tendo por volta de 1600 habitantes, sendo em sua maioria pessoas de baixa renda. A comunidade se localiza, em uma área privilegiada, tendo sua população acesso a escolas, posto de saúde, hospitais, assim como acesso a diversas linhas de ônibus, o que facilita o deslocamento dos moradores para diversas áreas da cidade. Essa comunidade está numa área de expansão da especulação imobiliária, em um dos bairros que mais crescem na cidade e que mais se verticaliza que é o Bairro de Fátima. Mais do que isso, ela é a última comunidade pobre deste bairro, pois a Prefeitura Municipal de Fortaleza fez um grande um grande projeto de urbanização da comunidade Maravilha, que também se encontrava no mesmo bairro, esse projeto foi desenvolvido entre os anos de 2005 e 2011.

A comunidade logo decidiu coletivamente que não permitiria a entrada da equipe social vinculada à empresa MOSAICO, terceirizada pelo METROFOR, para fazer o cadastro

social, pois entre outras coisas questionava a quantidade de perguntas e como as mesmas eram invasivas da vida dos moradores.

Ao mesmo tempo em que a comunidade Aldaci Barbosa começou a se organizar para ficar nas suas casas, ela também começou a integrar as articulações populares em Fortaleza, que discutiam, elaboravam e lutavam contra as violações de Direitos Humanos, que as grandes obras para a realização da Copa do Mundo de 2014 na cidade traziam. Representantes da comunidade foram membros ativos da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – ANCOP, do Comitê Popular da Copa Fortaleza, assim como de articulações com a Defensoria Pública do Estado e da União e com o Ministério Público Estadual e Federal, com o intuito de denunciar as violações de direitos que diversas comunidades estavam sofrendo.

4.1.1 A noite de 02 de agosto de 2011.

Todo o processo de resistência desta comunidade teve como auge a fatídica noite do dia 02 de agosto de 2011, quando após várias tentativas das equipes de cadastradores da empresa MOSAICO e de Assistentes Sociais vinculadas ao METROFOR e a Secretária da Infraestrutura do Estado do Ceará, o então Governador do Estado decidiu que iria até a comunidade Aldaci Barbosa e ele faria o trabalho que as equipes sociais não tinham conseguido fazer.

Era um pouco mais de 19 horas, de uma noite de terça-feira, era mais uma noite normal de uma comunidade como tantas outras nas cidades brasileiras, mas um bater de palmas transformará numa das noites mais inacreditáveis da história de Fortaleza.

O Governador Cid Ferreira Gomes, com uma grande equipe, que contava com os diversos secretários, muitos policiais, assistentes sociais, cadastradores terceirizados e incontáveis seguranças armados não identificados, chegou àquela comunidade. Mas, logo moradores que estavam participando do processo de resistência a obra do VLT, perceberam a movimentação e então começou o processo de mobilização para dar fim aquela visita.

Como eram diversas as articulações que os moradores da comunidade estavam participando, não foi difícil informar aos diversos apoiadores e outras comunidades o que estava acontecendo. Foram muitos os advogados, militantes sociais, movimentos sociais que chegaram da cidade toda para apoiar a expulsão do governador e sua comitiva.

Naquela noite, foram mais de 3 horas de terror, medo, muita repressão policial, muita violência física e psicológica, até que um pouco depois das 22 horas, a resistência da

Comunidade juntamente com seus apoiadores conseguiu tirar o governador da porta das casas daquelas famílias.

Este episódio é até hoje muitas vezes revisitado e discutido, pois aquela noite foi com certeza o auge de um processo de violação de direitos humanos, aquela foi uma noite de muito terror para todos que vivenciaram. E apesar de todas as vitórias que as articulações das comunidades ameaçadas de remoção por causa das obras para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

5 AS VITÓRIAS DA COMUNIDADE ALDACI BARBOSA.

Na manhã seguinte aquela inacreditável noite, a comunidade não parou de resistir ao seu processo de remoção, na verdade naquela noite, o governador tinha dito pela primeira vez que existia uma proposta de realocação, coisa que até aquele momento não se falava, pois a única possibilidade que era apresentada as comunidades eram a de indenização, que sempre eram apresentadas como baratas, pelo fato das comunidades que ficam as margens dos trilhos, eram comunidades sem a regularização fundiária, comunidades que ocuparam aquela área a pelo menos quatro décadas, mas que não tinham o papel da casa.

Mas, a proposta de realocação também não foi aceita, pois queriam colocar a comunidade em um terreno, onde iria ser construído um grande conjunto habitacional pelo Minha Casa Minha Vida, o Cidade Jardim, que no caso da Comunidade Aldaci Barbosa ficava a mais de 10 quilômetros de onde residem.

Após muita resistência, de inúmeras tentativas das equipes terceirizadas do Governo do Estado tentarem entrar para fazer desde o cadastro até mesmo fazer a metragem das moradias, foi que as negociações foram avançando, fazendo com que as propostas da comunidade começaram a ser aceitas, como: a mudança da estação do VLT, que estava bem encima da comunidade; o uso de um terreno vizinho à comunidade que era da polícia civil, para ser usado para receber os trilhos, ao invés de coloca-los para cima das casas; e a principal, a construção das moradias que precisassem ser retiradas para a construção da obra, fosse feita no terreno ao lado da comunidade, onde antes funcionava o Centro de Cidadania Presidente Médici e que tinha sido demolido para construção do CUCA⁴- Centro Urbano de

⁴ CUCA foi uma proposta de construção de grandes equipamentos de Cultura e Arte para as juventudes mais pobres da Cidade de Fortaleza, foi uma proposta da Gestão da Prefeitura Luizianne Lins (2005 – 2012), tendo construído 3 CUCAS, o da Barra do Ceará, o do Modubim e do São Cristóvão.

Cultura e Arte, mas com a mudança de governo a Prefeitura Municipal de Fortaleza já havia informado que não iria construir o equipamento.

No final de todo o processo de negociação, foram muitas as vitórias, foram reduzidas as desapropriações de 240 moradias para 60 moradias, mas principalmente as famílias que foram removidas por causa da obra, iriam continuar morando na região.

Ao conversar com os moradores, em especiais com aqueles que participaram ativamente da luta pela permanência da comunidade, conseguimos perceber a importância que a organização e a luta teve e vem tendo na existência da mesma. Fica claro nas entrevistas realizadas, o processo de formação que a luta trouxe para os moradores envolvidos na luta. Um processo de formação política que foi realizada na prática, no dia-a-dia da resistência pelo direito básico de ter onde morar.

Foi a partir da organização, da resistência e da luta, que diversas pessoas da comunidade Aldaci Barbosa conseguiram compreender de que forma a sociedade capitalista se organiza, do lado de quem o Estado está.

6 CONCLUSÃO

No momento em que este artigo foi escrito, a comunidade Aldaci Barbosa, ainda continua sofrendo ameaças por causa mesma obra do VLT, tudo porque a obra foi parada em junho de 2014, quando o Governo do Estado do Ceará, cancelou o contrato com o consorcio, de forma que ainda existem famílias que estão negociando com o METROFOR, e que não sabem se ainda vão sair ou ficar.

Ao mesmo tempo, as famílias estão vivendo cheios de entulhos, entulhos esses de casas que foram demolidas e que ainda hoje a empresa não voltou para retirar os mesmos, assim como também se percebe que o terreno onde era para ser construído o Conjunto Habitacional com 90 apartamentos para as famílias retiradas da comunidade continua vazio.

Sendo assim, essa comunidade continua a sua luta diária pelo direito à moradia, pelo direito a ter direito, e suas lideranças comunitárias sabem que não podem parar de lutar, pois estão em uma das áreas mais valorizadas de Fortaleza e essa não foi à primeira nem será a última vez que a Comunidade Aldaci Barbosa assim como outras comunidades de Fortaleza e do Brasil todo, serão ameaçadas de remoção, de expulsão para que a cidade cresça, se valorize e se torne uma mercadoria para ser vendida no mercado capitalista nacional e internacional.

Consideramos neste momento de primeiros contatos com a pesquisa de campo, que começa a ficar claro que mais do que a vitória de permanecer na mesma área geográfica, de continuar sendo uma comunidade, tem um outro que é o avanço no consciência e organização dos seus moradores, e esse avanço tem papel fundamental para que essa comunidade permaneça na sua luta quase que diária pelo direito de moradia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992

CEARÁ. Secretaria de Infraestrutura. **Projeto Ramal Parangaba – Muciripe - VLT: um grande passo para melhorar a mobilidade urbana**. Fortaleza: [s.n], 2013.

DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Megaeventos e a violação de direitos humanos no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n], 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Jersey A. **A gênese da comunidade Aldaci Barbosa: expropriação, espaço urbano e consciência**. 2014. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2014.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A Reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó/SC, 2003.

SINGER, Paul. Movimentos de Bairro. In: SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira (Org.). **São Paulo: o povo em movimento**. 4 ed. São Paulo: Vozes, 1983. p. 83-107.